

Governo exagerou na dose, afirma Schulman

Sindicalistas e empresários concordam com a necessidade de se adotar uma política social

O sistema financeiro transformou-se, com o Real, em instrumento do governo para tirar o dinheiro da sociedade. Toda política econômica usa essa ferramenta com moderação. O exagero brasileiro, contudo, é problema, segundo o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febrabam), Maurício Schulman. "Não podemos esquecer que o sistema financeiro vive da saúde de seus clientes, empresas ou cidadãos", afirmou. "O compulsório está sendo usado para combater a inflação, mas esse combate não pode ser

um fim em si mesmo".

A presença de Schulman no café da manhã da Associação Comercial para formação de uma frente de resistência à recessão foi decisiva para que fosse colocado no manifesto de empresários e sindicalistas uma solicitação de "urgentes medidas para eliminar o compulsório sobre empréstimos". Os empresários querem, também, o fim das restrições ao crédito e aos consórcios, além de políticas sociais.

"O Brasil não tem condições de progredir se não atentarmos para a educação, que está em estado lastimável, e para a habitação", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Amato. Para ele, é hora também de alimentar o povo, colocando de lado valores como os que condenam radi-

calmente o subsídio, mesmo para alimentos. "Sem subsídio, o custo social sai dez vezes maior."

O presidente interino da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Firmino Rodrigues Alves, pediu isenção de impostos para a cesta básica. Disse que a crise na agricultura vai reduzir as áreas plantadas. "O Brasil não vai ter arroz para comer em 1996."

Amato fez um apelo para que todos deixem também de lado suas ideologias. O primeiro a atender o pedido foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Heiquiberto Navarro, o Guiba. "Abrimos mão

das nossas individualidades para combater a recessão", avisou, em nome da CUT. Ele assinou o manifesto mesmo com o apelo para reformas constitucionais, assunto para o qual a CUT reserva opiniões próprias.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Nelson Freire, criticou o Ministério da Indústria e do Comércio. "Em qualquer país desenvolvido do mun-

do este ministério é o mais forte", disse. "No Brasil, é o mais fraco e propõe uma política industrial totalmente subjetiva, sem nada, nada mesmo de consistente." (L.P.)

EMPRESÁRIOS
QUEREM O FIM
DA RESTRIÇÃO
AO CRÉDITO